ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O município de Tangará enfrenta atualmente uma dificuldade significativa relacionada ao deslocamento **INTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES** que frequentam instituições de ensino localizadas fora dos limites do município. Trata-se de um público composto por estudantes de nível técnico e superior que necessitam se deslocar diariamente para cidades circunvizinhas, onde estão localizadas as instituições educacionais que atendem a essas etapas de ensino. Houve certame para atender a demanda de 2026 com possibilidade de aditamento do contrato, entretanto a empresa que realiza o itinerário 25 não possui interesse em manter a prestação de serviço.

2. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa especializada em transporte (terceirização). Demanda da realização de licitação para contratar empresa que forneça veículos e motoristas habilitados para a execução do transporte. É solução ágil e com menor custo de manutenção para o município. A empresa contratada assume responsabilidade por veículos, manutenção, combustível, condutores e passageiros. **Desvantagens:** Dependência de terceiros e necessidade de fiscalização constante.
2	Aquisição de veículos próprios e execução direta pelo município. Envolve a compra de ônibus para transporte, com operação realizada por servidores municipais. Possibilita maior controle sobre o serviço prestado e patrimônio incorporado ao município. **Desvantagens:** Alto investimento inicial, necessidade de motoristas concursados ou contratados, manutenção e gestão da frota. A contratação de motoristas habilitados é um problema constante no histórico do município.
3	Concessão de auxílio financeiro direto aos estudantes (bolsa-transporte) Destina benefício em dinheiro para que os próprios estudantes custeiem seu deslocamento. Demanda menor custo operacional para o município e maior autonomia ao estudante. **Desvantagens:** Dificuldade de controle sobre o uso adequado do recurso; pode não garantir o transporte regular e seguro.
4	Celebração de convênio com outro ente público (por exemplo, Estado ou outro município)

	Firmar acordo para que outro ente execute ou apoie o transporte dos estudantes. Tendo a possibilidade de dividir responsabilidades e custos. **Desvantagens:** Limitações operacionais e de fiscalização, além da necessidade de acordo formal com interesses alinhados. nosso histórico o município de Tangará geralmente arca com a execução do transporte, e com essas condições o investimento inicial, contratação de motorista e a manutenção e gestão da frota devem ser considerados.

2.1. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisados os valores de contratos vigentes que atendem itinerário intermunicipais, auxílios transporte e convênio firmado com município vizinho, considerando o transporte de 39 estudantes pelo período de 20 dias letivos.

1. Ônibus 40 lugares período mensal (20 dias letivos) = 90 KM *20 dias * R$7,17 (valor por Km) = R$12.906,00
2. Ônibus 39 lugares = aquisição de veículo R$620.000,00 + custo médio mensal do veículo 4.000,00 + contratação motorista salário mensal R$ 3.785,64
   (considerando: manutenção preventiva anual do veículo R$ 12.500,00 + combustível 220 dias letivos R$ 29.155,50 + inspeções R$ 500,00 + taxa DETER anual R$ 1560,00 + aferição tacógrafo R$ 400,00 + seguro ônibus 2.260,75 = R$ 46.376,25)
3. Valor de repasse de auxilio transporte por estudante = 39 estudantes * R$ 420,00 =16.380,00
4. Valor de repasse por estudante para o município conveniado = 39 estudantes * R$ 420,00 = 16.380,00.

2.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base nos dados avaliados e comparando-as de forma objetiva, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, considerando os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto, constatou-se que a opção mais vantajosa para a Administração é a terceirização dos itinerários.

A aquisição gradual de veículo para a frota própria, embora mais onerosa a curto prazo pode representar economia a médio/longo prazo, entretanto necessita de estrutura para gestão, manutenção e operação. Dentre esses fatores operacionais para manter uma frota própria a administração tem tido dificuldades na contratação de motoristas habilitados, tendo realizado 3 processos seletivos em 2023 e 6 processos seletivos em 2024.

A terceirização transfere os principais encargos operacionais (combustível, manutenção, contratação, gestão de motoristas e seguro de passageiros) para a empresa contratada. Isso proporciona um custo mais estável e reduz a necessidade de investimentos contínuos por parte do município. Possui uma rápida implementação do serviço seguro e regular.

Caso o serviço terceirizado não atenda aos padrões esperados, o contrato com a empresa pode ser revisto ou rompido, possibilitando nova licitação. Já a gestão direta ou convênios possuem maior rigidez administrativa e podem dificultar ajustes rápidos.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Considerou-se as quantidades em função do histórico de demandas anteriores e projeções da utilização no prazo da contratação. A quilometragem estimada refere-se a aferições realizadas em demandas anteriores.

4. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não há parcelamento, visto que o objeto é composto por um único item, indivisível, impossibilitando que apenas uma empresa preste o serviço.

5. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não será necessária providencias prévias ao contrato.

5.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando os requisitos legais e técnicos previstos no CTB e em resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):

6.1 Habilitação dos condutores

- Possuir **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou "E"**;
- Ser aprovado em **curso especializado para transporte de escolares ou transporte coletivo de passageiros**;
- Antecedentes Criminais

6.2 Requisitos dos veículos

- Estar **registrados na categoria "ALUGUEL"**;
- Possuir **inspeção** de segurança veicular (ITL);
- Comprovar possuir **acessibilidade** (conforme o número de passageiros);
- Veículo possuir idade inferior ou igual a 20 anos.

  A exigência de idade máxima dos veículos justifica-se pela necessidade de assegurar a segurança dos usuários, a regularidade e a eficiência do serviço público de transporte intermunicipal, em conformidade com as normas de trânsito vigentes, princípios da eficiência administrativa e interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame.

6.3 Autorização para prestação do serviço

- Autorização do **poder público competente**, com alvará e inscrição regular junto ao Detran ou DETER.

6.4 Seguro obrigatório, na ocasião da contratação, com cobertura total a qualquer sinistro incluindo APP (Acidentes Pessoais por Passageiros) e RC (Responsabilidade Civil).

6.5 **Demais documentos** relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA e ECONÔMICO-FINANCEIRA

7. ALINHAMENTO COM PCA

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, visto que o transporte de estudantes é serviço continuo durante o ano letivo.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS

A utilização de ônibus no transporte escolar apresenta impactos ambientais relevantes, principalmente pela utilização de combustíveis fósseis (diesel). Esses impactos envolvem poluição do ar, consumo de recursos naturais, emissão de gases de efeito estufa, entre outros.
Para minimizar esses impactos envolve a adoção de ações técnicas, administrativas e educativas, sempre em conformidade com a legislação ambiental brasileira e com princípios de sustentabilidade e eficiência. Entre as principais medidas estão a roteirização eficiente evitando percursos desnecessários e utilização de veículos que atendam a demanda, assim como a manutenção preventiva e controles de emissões.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição deverá suprir a necessidade prevista durante o período de vigência do contrato, atendendo as prerrogativas legais.

10. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O transporte é uma ferramenta fundamental para garantir o direito à educação no Brasil, especialmente para estudantes que residem distantes das instituições de ensino. A legislação brasileira garante que esse serviço seja oferecido pelo poder público, com foco na inclusão, segurança e na formação continuada. Dessa forma, o transporte contribui para a igualdade de oportunidades educacionais e para o desenvolvimento regional.

Tangará, 03/11/2026

Gislaine Aparecida Denardi Biasiolo
Secretária Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer